

Estado burocrático intervindo na educação escolar - uma perspectiva marxista sobre a atuação do Estado e a necessidade de superação¹

Rodrigo Ismael Maia²

Resumo

A escola como espaço de construção do ser humano pode ser abordada através do conteúdo teórico do marxismo. Dentre outros elementos, a escola é um espaço em que o Estado se insere na sociedade de maneira mais imediata, não somente pelo conteúdo que determina, mas também, abstratamente, pela via da burocracia que há na escola, enquanto corpo burocrático humano e como processo administrativo. O debate sobre a educação escolar como ferramenta para a sociedade e a sua ligação com a burocracia foi feito logo nas origens do Estado moderno, instituição social que vigora em nossa própria sociedade atual, por Hegel e Marx. Assim, tratamos de debater a escola. E também a educação, que é mediada pelo Estado na sociedade capitalista, tomando suas contradições como base para o entendimento a partir da teorização posta por Marx em sua análise sobre a intervenção burocrática nos meios sociais. A Escola é, então, uma instituição que carrega seu desenvolvimento com contrariedades, aparecendo para a sociedade como meio para emancipação, mas que no fundo ela reproduz elementos do Estado - Estado que é concreto, gerido por indivíduos que se misturam com a classe dominante e se sentem como tais em suas atividades praticas, os burocratas. Mas há a possibilidade de transformação, e isso pode ser tomado como tarefa que visa a emancipação humana.

Palavras-chave: Burocracia, Escola, Hegel, Marx

Introdução

As discussões sobre capitalismo, degradação das pessoas, divisão do trabalho, etc, são muito importantes para que se possa utilizá-las para realizar uma análise sobre a educação administrada pelo Estado, mais diretamente pela burocracia, que é o nosso interesse aqui. O estudo se propõe a expor temas atrelados a educação, no contexto que essencialmente é amplo, tomando análises feitas desde períodos de desenvolvimento da teoria aqui utilizada,

-
- 1 Artigo produzido como parte de projeto de Iniciação Científica, FAPESP, e relatório da disciplina Sociologia da Educação.
 - 2 Estudante do 3º ano do Bacharelado em Ciências Sociais, sob orientação de Marcos Tadeu Del Roio, na FFC-Unesp/Marília. E-mail: rodrigomaiacs@yahoo.com.br

até a verificação de continuidade de elementos até os dias de hoje. Dito isso, é possível ver que educação e escola, no capitalismo, são dois elementos que estão lado a lado, ao mesmo tempo que se contradizem devido a natureza do que significa educação num sistema como este; sistema que está fundado sobre a divisão social do trabalho, implicando que a educação de uma forma ampla também é efetivada segundo este princípio, por exemplo a finita divisão que há nos trabalhos escolares e na estrutura rígida que modela o espaço educativo, entre professores, administradores, secretários, coordenadores, e também entre os estudantes. O modelo econômico capitalista se caracteriza por abranger não somente o parque produtivo, ou as relações de troca comerciais. A determinação de como as pessoas devem produzir acarreta também na maneira como elas se relacionam nas outras instâncias sociais, como na vida fora da escola: família, mercado, espaços políticos, etc. Se a troca é um instrumento de sociabilidade, não menos é o espaço da educação, a chamada escola. Escola é, num sentido restrito, um espaço de alfabetização, em que os indivíduos adentram e recebem uma certa proposta dentro de um modelo de conhecimento.

Teoricamente Marx é o norteador da síntese elaborada, mostrada na forma desse artigo, sendo que o papel que ele assimila de função do Estado ainda permanece em sua dinâmica essencial, certamente com modificações e adequações históricas que são necessárias para a sua vida como necessidade para o restante da sociedade. Marx vê a sociedade europeia e suas relações de dominação como objeto da discussão, e parte da discussão que Hegel elabora ao teorizar a primeira aparição da burocracia moderna. Buscamos então formular uma discussão teórica sobre a educação como processo de formação humana (em seu sentido construtor e degradante), passando pelo tema mais específico que é a burocracia e suas designações como ferramenta de desejos do Estado concreto, mostrando que muitas vezes a estrutura social da escola é rígida, hierárquica e severa, de modo a conseguir ligar todos esses temas à educação humana desenvolvida no espaço escolar. Assim, adentrando o terreno proposto, a educação escolar ocidental é resultado de diretrizes internacionais, que adotam elementos racionais e metas para a educação, ou seja, estipulam objetivos mínimos e máximos para serem atingidos por cada nação, ao mesmo tempo por cada indivíduo. Educação é um conjunto de conhecimento transmitido historicamente e apropriado pelos indivíduos de modo a humanizá-los, sociabilizá-los segundo uma intencionalidade social e o trabalho educativo é o ato de produzir a humanidade, o legado da produção (em sentido amplo) humana, que não necessariamente é um processo positivo.

A educação numa perspectiva marxista

A sociedade capitalista oferece um espetáculo: “o espetáculo da devassidão bem como o da corrupção e da miséria” (HEGEL, 2009: p. 169), mas ao mesmo tempo cunha elevadas substâncias que servem para a formação mais humanizadora, que se inicia a partir da criança, num jogo de relações entre indivíduo e sociedade, entre a formação do particular e do universal. Traçando um paralelo, Marx diz:

A doutrina materialista sobre a modificação das circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias são modificadas pelos homens e que o próprio educador tem de ser educado. Ela tem, por isso, de dividir a sociedade em duas partes – a primeira das quais está colocada acima da sociedade. A coincidência entre a altera[ção] das circunstâncias e a atividade ou automodificação humanas só pode ser apreendida e racionalmente entendida como prática revolucionária (MARX, 2007: p. 534).

A formação educacional possui seu dualismo histórico: acontece como parte da autoconstrução humana, mas também é um mecanismo de castração do potencial criador do humano. O sentido negativo da autoconstrução que ocorre na escola está no fato de que num nível mais elevado de relações, aquele que adentra o espaço escolar não possui autonomia para educar a si mesmo, mas captura alguns fundamentos transpostos pelo indivíduo-professor, à sua maneira – isso em se tratando de conhecimento técnico, científico. Mas, a autoconstrução está para além do conhecimento acadêmico, pois a vida humana apresenta ilimitados conteúdos que fogem, e querem fugir, do conteúdo escolar, e podem ser entendidos também por uma distinção entre projetos distintos de classe na vida coletiva. A positividade da autoconstrução está no fato de que, mesmo de uma maneira negativa, a pessoa recebe os conteúdos de uma vida humana e aprende a se portar num mundo humano, dotado de regras e relações sociais o tempo todo. Assim, são as pessoas concretas que produzem seu mundo concreto, e quando elas se educam conseguem intervir na realidade.

São resultados necessários das condições sociais existentes: (...) Educação de todas as crianças, a partir do momento em que possam desligar-se dos primeiros cuidados maternos, mas instituições nacionais e a cargo da nação. Educação e trabalho produtivo andarão lado a lado (MARX, 2009: p. 105).

Pessoas que se propõem como ativas e construidoras de seu mundo não são um mero

produto da escola como dada, mas de uma serie de outros fatores. Certamente, a escola possui o papel decisivo, já que neste espaço potencialidades sociais, como ler, escrever, conviver com outras, são adquiridas, mas a vivência, mesmo dentro da escola, com pessoas diferentes e as tentativas de driblar as regras em geral da escola, são cruciais para a efetivação do sujeito portador de seu próprio volante. O sujeito histórico é produto social, que pode surgir fora ou dentro da escola, isso não é uma lei geral; o fato é que a pessoa está posta num contexto desde o momento que nasce, tendo que lutar contra alguns dos requisitos que a sociedade lhe dá, e absorve outros da mesma forma. A escola tem a tarefa, não como obrigatória, mas que se manifesta na missão que alguns se dão, de auxiliar as pessoas na moldagem dos trilhos de sua vida particular ligada a uma vida geral, isto é, auxiliam na educação de pessoas, como maneira de contribuir para o reconhecimento de que fazem parte do conjunto da vida de outros, direta ou indiretamente atuantes.

Pensando agora a escola de maneira um pouco mais específica na sociedade de hoje, temos que entrar em discussões que não podem ser feitas em qualquer espaço, pois são abordados assuntos e temas que distorcem o plano de fundo político e social que está na função escolar – se trata de uma discussão do que é e do que deveria ser; do que a escola oferece, do que necessita, do que toma, do que retira. A escola é um braço que o corpo estatal rege.

Como o Estado é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e que sintetiza a sociedade civil inteira de uma época, segue-se que todas as instituições coletivas são mediadas pelo Estado, adquirem por meio dele uma forma política (MARX, 2007: p. 76).

A sociedade burguesa fornece conteúdos ideológicos na educação escolar e na educação para além da escola. Através da ideologia as pessoas se guiam, se portam, fazem uma imensidade de realizações de maneira fácil, imediata e tal como “manda a etiqueta”. A vida ideologizada reproduz uma alienação a qual todos os humanos estão susceptíveis vivendo na sociedade atual; acaba sendo quase que inevitável naturalizar elementos como o machismo, o racismo, o preconceito sexual, já que o outro e o Eu não são compatíveis, não se reconhecem como portadores de particularidades e ao mesmo tempo necessários para a vida coletiva. Há um estranhamento do próximo, e o espaço escolar pode ou não contribuir para a manutenção desse caráter da sociedade.

A transformação desta situação que se faz presente amplamente tem que ser produto

de esforços coletivos, daqueles que possuem acordo de que é preciso dar um salto qualitativo no sistema educacional, mas que ao mesmo tempo tenham claro que essa mudança dentro dos limites políticos emancipa parcialmente a humanidade, pois o sistema educativo está ligado às demais esferas da vida social, como os interesses econômicos, e essas esferas também devem ser transformadas. Esta atuação no âmbito educacional é uma atividade que conquista alguns elementos, e que devem sim ser defendidos e disputados. Há condições o suficiente para que exista uma superação positiva das deficiências encontradas na escola, mas é uma consigna ampla que deve ser remetida ao contexto social em que se vive – trata-se de um processo de lutas cotidianas, que tendo o objetivo de conquista da educação nas mãos das massas pode ser elemento propulsor de outras lutas, e que cada vez mais se tornam radicais e com mais incisividade na realidade.

Assim, ligando a educação ao modelo de vida produtivo, algo mais econômico, ao lado de uma vida baseada na ideologia está a escola atrelada ao ensino para o mercado. A produção da vida ocorre como a produção da vida material (na indústria, na agricultura, etc) e com a produção da vida espiritual (cultura num sentido largo), só que a ligação entre uma e outra acontece de maneira descolada, sem que as pessoas tenham consciência mais profunda do que significa a realização de suas atividades produtivas no mundo. Certamente o indivíduo que produz sabe da função de seu produto, sabe para que serve, mas a produção toma um fim em si mesma, ao contrario do fim artístico. A produção que termina em si mesma todo o seu conteúdo é a produção baseada na atividade salarial, no emprego. Há então, uma separação nas funções sociais, baseadas na divisão entre trabalho espiritual e trabalho braçal, de acordo com o conteúdo de classe do indivíduo.

A divisão do trabalho, como uma das forças principais da história que se deu até aqui, se expressa também na classe dominante como divisão entre trabalho espiritual e trabalho material. (...) uma parte aparece como os pensadores dessa classe, como seus ideólogos ativos. (...) os outros se comportam diante dessas ideias de forma mais passiva e receptiva (MARX, 2007: p. 48).

E ai reside a escola atual com seu papel: algo que se critica e se discute em varias instâncias, que é a educação para o trabalho técnico, para o mercado. Ensino e mercado, na lógica do capital, são duas coisas que não se desgrudam, que necessitam uma da outra: escola sem mercado não existe (ou seja, por exemplo, curso técnico sem mercado de trabalho não

tem necessidade para o mercado), mercado sem mão de obra qualificada não se desenvolve, não é capaz de gerar mais-valia de forma ampliada.

Só que, mais a fundo há um sujeito central, o Estado atuando como gerenciador das escolas, programando desde os conteúdos como na [não] garantia da infra-estrutura³.

É possível ver o que fazem a burguesia e o Estado para a educação e o ensino da classe trabalhadora. Por sorte, as condições em que vive esta lhe asseguram uma formação prática que não só substitui todo o trabalho escolar, mas que também neutraliza o efeito pernicioso das confusas ideias religiosas em que se move o ensino (MARX, 2009: p. 90).

A definição de Marx sobre o Estado, como o comitê organizador dos negócios da burguesia, vem a calhar na relação deste com a escola, já que internamente o Estado é dirigido por políticos e esses são ao mesmo tempo membros da sociedade civil, em especial de classes concretas, como a burguesa, sendo que ocupam os cargos e defendem interesses claros na mais diversas áreas em que podem atuar. A escola é apenas uma dessas áreas, e uma das que mais atinge diretamente o modo de vida de quase toda a população, já que frequentar a escola é algo obrigatório para todas as pessoas.

O caráter obrigatório da educação escolar fere ainda mais o desenvolvimento da humanidade no ser, já que a própria estrutura escolar, física, é pernicioso, enfadonha. Os estudantes e mesmo os professores, buscam alternativas constantemente para “fugir” da estrutura fechada e rígida dos prédios e hierarquias; de fato, assim o espaço escolar é opressor; e há uma semelhança quantitativa gigantesca entre as escolas, em que poucas não possuem o mesmo projeto estrutural, algo que conscientemente é gerido pelo Estado.

A relação que o Estado estabelece com a sociedade, tendo como meio termo a escola, é contraditória: a própria sociedade é que sustenta a escola com o próprio trabalho, mas quem determina o que deve e o que não deve acontecer de maneira hierárquica e incisiva, não é essa população, mas os altos dirigentes políticos da sociedade. Desse jeito, os interesses não são os mesmo que se expressam no âmbito escolar, e numa prática mais imediata, muitos problemas sociais tem sua origem nessa contradição – a escola como espaço imposto às pessoas se torna um ambiente hostil. A tarefa do Estado é realmente organizar a escola de acordo com necessidades históricas, e acima disso, de acordo com interesses econômicos. Mesmo nos

3 Não faremos aqui uma discussão mais a fundo, mas a relação das escolas com o Estado ainda requer um pensamento sobre os partidos determinados que compõe o Estado em certos períodos.

espaços privados de educação há a presença do Estado, e de um modo ou de outro, a escola pública e a privada possuem fins ligados aos interesses de manutenção e reprodução de relações ampliadas e vazias.

O ensino pode ser estatal sem que esteja sob o controle do governo. O governo pode nomear inspetores, cujo dever consistirá em vigiar para que a lei seja respeitada, sem que tenham o direito de intrometer-se diretamente no ensino (MARX, 2009: p. 108).

Propriedade privada é o fundamento mais elementar da sociedade capitalista, e a escola acabou apropriada como um espaço que pode ser privado, que pode ser direcionado à uma singular parcela de pessoas diferentes das demais num sentido econômico. A escola pode ser caracterizada agora em seus mais diferentes níveis, econômico e de interesse.

A escola publica tem a tarefa imediata de contribuir para a formação de pessoas das classes mais baixas para o chamado mercado de trabalho, isto é, preparar pessoas para ocuparem cargos que já são designados àqueles que não tem outro caminho e outra possibilidade a não ser trabalhar nos mais precários locais e empregos. A escola atua delimitando o nível em que essas pessoas realizaram o fazer e o pensar, dentro e fora do espaço produtivo econômico, pois a dinâmica de vida dessas pessoas é quase que uma só, o trabalho e a vida “em casa” se perpetuam pelo resto de suas vidas⁴. Esse fator de determinação de como a vida coletiva será, faz parte de um complexo projeto político internacional, que é adaptado em cada país de acordo com suas especificidades históricas e suas potencialidades.

As escolas privadas por um lado reproduzem também um modelo de vida, sem criatividade, moldando educadores e educandos aos interesses mais gerais do sistema econômico - e o sentido econômico acaba sempre como o maior objetivo e o diferenciador na maioria das relações entre indivíduos e escola; mas por outro lado, a escola particular é qualitativamente distinta da escola pública, uma vez que ela é o espaço de reprodução da vida burguesa nos marcos mais essenciais da dominação de classes.

Enquanto a *internalização* conseguir fazer o seu bom trabalho, assegurando

4 A disciplina, das mentes e dos corpos, é de suma importância para que os indivíduos suportem por muito tempo essas atividades – e já na escola há uma certa “introdução” da disciplina do trabalho, que é a necessidade dos estudantes se comportarem junto dos demais, aguentarem um período inteiro de aulas sem poderem se rebelar contra ele, absorver elementos (conteúdo acadêmico) sem poderem discutir sobre a necessidade ou não dele, etc.

os parâmetros reprodutivos gerais do sistema do capital, a brutalidade e a violência podem ser relegadas a um segundo plano (embora de modo nenhum sejam permanentemente abandonadas), posto que são modalidades dispendiosas de imposição de valores, como de fato aconteceu no decurso do desenvolvimento capitalista moderno. (MESZAROS, 2008: p. 44) .

A qualidade da educação difere, sendo mais técnica e também pernicioso, com o intuito de instruir melhor o indivíduo “pré-burgueses”⁵, isto é, indivíduos que se formam inicialmente de maneira subjetiva, pois ainda não possuem em seu controle meios de sociabilidade que o possam caracterizar como burguês mesmo, na sociedade em que ele terá tarefas de dirigir e ocupar lugares mais altos nas hierarquias. A especialização na escola privada funciona como um intuito que é introjetado nos indivíduos mais fortemente e prematuramente – como na imposição da escolha da profissão econômica-social; se tratando de introduções de valores sociais dados por cima da sociedade. Tal escolha, apenas para notar, muitas vezes não é fruto da reflexão de uma ligação entre necessidades e objetivos individuais e necessidades e interesses coletivos de uma profissão ou do desempenho de alguma função social; assim, a escolha está ligada ao meio em que o indivíduo vive e as possibilidades mais imediatas de trabalho.

As escolas, tanto públicas como as particulares, não conseguem dar conta até o fim da proposta de ensino que lhes cabe. Outros mecanismos são estruturados para sanar a deficiência da escola, como as escolas técnicas e os chamados cursinhos. Um e outro estão conclamados a especificar e especializar o indivíduo na divisão social do trabalho.

Com efeito, desde o momento em que o trabalho começa a ser repartido, cada indivíduo tem uma esfera de atividade exclusiva que lhe é imposta e da qual não pode sair; é caçador, pastor, pescador ou crítico e não pode deixar de o ser se não quiser perder seus meios de subsistência (MARX, 2009: p. 25).

A escola aparece, e a educação de forma geral, como ferramenta que fornece chances de “uma vida melhor”, esperança de uma mudança das condições objetivas dos meios de vida. Esse pensamento deriva da experiência que o cotidiano mostra às pessoas, em que a

5 Na maioria das escolas privadas não há “pré-burgueses”, ou seja, os filhos da classe dominante mesma, mas sim indivíduos filhos da pequena burguesia em geral. O espaço escolar privado é bem contraditório, pois pode abarcar desde o pequeno burgues até o filho ou mesmo o próprio trabalhador pobre – embora dificilmente serão encontrados no mesmo espaço um “pré-burgues” e um filho de operários.

deterioração do sujeito no trabalho é repelida por aqueles que estão nas fileiras da espera do início de suas atividades laborais. Neste temido caminho (que na verdade não aparece como tenebroso, mas como destino incontornável) o próprio educador está inserido no produtivismo e na precarização do trabalho.

Então, desde o burocrata, passando pelo professor, e caindo nos estudantes, há uma lógica produtiva na educação, com viés determinado e específico. A relação entre professor e estudante aparece como uma ligação de conhecimento, as vezes hierárquico e negativo (quando o ensino ocorre como imposição), as vezes como diferenciado e positivo (quando aquele que detém um nível mais elevado de conhecimento estabelece uma relação qualitativa de educação, sem se pautar nos círculos de poder). Mas a escola é um espaço mais amplo, em que as interações estão para além do estudante e do professor; por exemplo, passando pela convivência e pela sociabilização com funcionários (desde aqueles que desempenham as funções mais brutais até os administradores, que fazem a parte mais racional e hierárquica do recinto).

Uma outra forma ainda de fragilizar a relação entre professor e estudante está no conteúdo do ensino, que num primeiro momento – e talvez seja esse primeiro momento o que predomina e permanece – não faz nenhum sentido para o outro. O próprio conteúdo é alienante e enfadonho, absorvido como condição para progredir nos anos do ensino, não adquirindo nenhum subsídio real na vida dessas pessoas. Assim, o que se discute na escola tem que ter sentido para todos, e isso passa pelo entendimento histórico de como a sociedade chegou a certas conclusões e a certos conhecimentos.

Burocracia escolar: um paralelo com o Estado

A burocracia, que é fundamental aqui nesse estudo, está na escola pública e privada, assim como é difundida em tantas outras esferas do Estado e da vida capitalista. É característico da sociedade capitalista se basear na burocracia como modelo de organização das atividades, como forma de nivelar tarefas, dividir o trabalho e isentar pessoas do papel que cumprem, dando a elas o caráter de funcionários burocráticos. Assim, podemos entender o conteúdo essencial da burocracia, mesmo a escolar, e suas imediatas tarefas com os interesses determinados pela burguesia.

Tomamos a teorização de Hegel e de Marx sobre a Burocracia; mas devemos alertar para o fato dessa teorização estar situada no âmbito do Estado, ou seja, da coisa pública; a decisão de tomar as discussões de Hegel e Marx diz respeito a essência contraditória que o Estado moderno que eles descrevem carrega consigo. Pode até parecer um equívoco

relacionar a teoria burocrática do Estado numa escola particular, mas não é: a distância entre o público e o privado no sistema de ensino possui sim suas diferenças, mas a constituição da burocracia enquanto instrumento de organização do aparato estatal ou privado leva consigo os mesmos pressupostos (como será discorrido mais abaixo, a divisão das tarefas e funções, por exemplo).

Assim, a filosofia política hegeliana concebe o mundo de relações sociais como um complexo sistema que se desenvolve logicamente do mais simples e imediato ao mais complexo e completo momento, por via de uma divisão em três esferas que se auto complementam, a Família, a Sociedade Civil e o Estado.

Tem a educação, depois, um destino negativo, do mesmo ponto de vista – o de conduzir as crianças desde a natureza imediata em que se encontram para a independência e a personalidade livre e, por conseguinte, para a capacidade de saírem da unidade da família (HEGEL, 2009: p. 160).

Enquanto o indivíduo permanece na família a sua vida é composta pela simplicidade natural e pelo preparo à passagem na vida civil; na sociedade civil ocorrem as relações burguesas, é o espaço do comércio, da efetivação das leis, da competição entre as pessoas. A preparação que as pessoas recebem é obrigatória, e deve passar necessariamente pelas diretrizes feitas pelo Estado para o “conjunto” da sociedade. O sentido negativo de que fala se remete à dialética de seu método, em que o negativo indica a superação de um momento. Já o Estado, é o fundamento mais profundo da sociabilidade e a instância social que administra a vida comum, pensando em cada indivíduo com direitos privados, de forma a restabelecer a eticidade perdida no espaço de vida burguês. Cada uma das três esferas possui sua autonomia e influência mutua sobre as demais, mas as relações são conflituosas: as determinações escolares, por exemplo, do Estado sobre a sociedade, não são frutos das verdadeiras necessidades da sociedade, mas resultado de necessidades de uma parcela desta sociedade – um outro exemplo, prático, são as formações de escolas técnicas em cada região do país, de acordo com o parque produtivo⁶.

A burocracia é um segmento do Estado, uma parte atuante prática dominante, que estabelece limites à vontade dos demais indivíduos; de fato, burocracia funciona em Hegel

⁶ A racionalidade deste processo é algo que não remete ao bem comum da sociedade, mesmo que local, mas é um conjunto de elementos que a determina, como a impossibilidade de uma pessoa poder fazer experiências de forma emancipadora em outros locais, a necessidade de manter uma massa de trabalhadores especializados numa determinada região e sob determinada formação, etc.

como uma estrutura de poder sobre as classes⁷, como uma parte orgânica do Estado⁸ que se desenvolve a partir da sociedade. É pressuposto que exista uma organização funcional das disposições estatais, para que diversos aspectos da vida cotidiana sejam englobados na relação entre as três esferas.

A burocracia é o principal elemento de um sistema antagônico. Onde existe antagonismo existe burocracia. Na verdade, só podemos entender a burocracia na medida em que analisamos a sua história. Veremos então que ela é um grupo social que se separa do resto da sociedade e se impõe a ela, dominando-a (MOTTA: 1985: p. 12).

Como se trata de relação, a motivação da existência do Estado está fundada, principalmente, nos anseios da vontade material e espiritual dos indivíduos, na carência social (pobreza, crime, disputa de propriedade), nos problemas em geral ocasionados pelo choque de interesses particulares. Os interesses contraditórios não são findados ou iniciados pela burocracia, mas ela funciona como catalisador na geração de novos problemas, e como instrumento paliativo na solução de desigualdades.

A partir dos princípios que consolidam a importância de um Estado, há uma geração de conflitos que sintetizam bem a ligação entre necessidade e liberdade, entre o mundo da carência e o da satisfação – são os conflitos entre a busca pelas condições de manutenção da vida e a carência e privação de acesso, que são resolvidos, abstratamente, com a aplicação e reconhecimento das leis na esfera social. É princípio legal que a educação atual seja um bem comum, e esse bem comum passa longe da reflexão coletiva.

“O homem tem, pois, a sua vida substancial real no Estado, na ciência, etc., e também na luta e no trabalho” (HEGEL, 2009: p. 155). O Estado possui existência imediata através das leis; a existência de leis está intimamente atrelada à existência de Estado, mas para Hegel esse fato é o contrário da limitação, pois Estado é sinônimo de liberdade; liberdade é a individualidade se manifestando em sua generalidade, social, de maneira reconhecida. Ampliando o conceito de reconhecimento, como expresso na *Fenomenologia do Espírito*⁹, pode-se perceber que ele está atrelado à uma disputa de posição [política] pelos meios que

7 Utilizamos o conceito de classes na acepção que Hegel lhe atribui, como a forma que a sociedade se apresenta, distintamente de indivíduos isolados e informes, como grupos gerais que possuem diferenças de carências, técnicas e trabalhos, modos de satisfazer carências, cultura teórica e prática, sistema em que se repartem os indivíduos (HEGEL, 2009: 180).

8 Indicamos como Estado, mas se refere ainda à propriedade privada, à escola particular em nosso caso.

9 HEGEL, G.W.F. *Fenomenologia do Espírito*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1992.

permitem que o indivíduo se constitua enquanto sujeito para si. A tarefa do Estado é realizar a mediação nesse confronto, com as leis e com a polícia. Todavia, o conflito não ocorre entre duas pessoas; a pessoa particular nunca é um ser solto na sociedade, ela apresenta características de um determinado grupo, e assim, as disputas possuem seu lado universal. O choque também é entre as pessoas e o Estado.

Como relata Marx: “A burocracia é o Estado que se fez sociedade civil” (MARX, 2005: p. 65), mas tanto uma como outra esfera que formam a burocracia, aparecem como expressão de um coletivo humano, com características próprias. Primeiramente pode ser apreendido que há a separação entre a sociedade civil e o Estado, devido a autonomia e particularidades que cada esfera possui, mas logo a separação é restituída de alguma forma, pois a razão de ser estatal não é ser somente em si, mas para um outro, a sociedade civil burguesa. A disposição em duas esferas separadas, uma que possui o interesse privado e outra que possui o interesse geral, é mediada por uma terceira esfera, menor, que possui o maior poder de atuação. A burocracia cuida para que o interesse particular seja elevado à sua relação ampla.

O Estado é, portanto, uma organização burocrática que tem os seguintes elementos constitutivos: a) Uma elite política, que geralmente se confunde com a classe dominante e nela se recruta; b) um corpo de funcionários hierarquicamente organizados, que se ocupa da administração; c) uma força pública, que se destina não apenas a defender o país contra o inimigo externo, mas principalmente a manter a ordem vigente interna (MOTTA, 1985: p. 25).

A burocracia é relação de poder construída na história, e é um dos principais instrumentos de um sistema antagônico, porque é ela que detém, em partes, o controle dos sistemas de satisfação de carências da sociedade, ou ao menos estipula parâmetros e regras de acesso. Sua característica essencial é a separação dela mesma com a sociedade, para poder se impor e dominá-la, e dessa maneira adquire mais especialização na medida em que suas tarefas são divididas entre aqueles que fazem o planejamento, os que organizam, os que dirigem e os que executam. A escola pode fornecer bem um modelo para essa divisão, tomando seus agentes (desde diretoria até os professores).

Para melhor agir, e controlar, há uma diversificação de operações para designar a execução de tarefas, que incidirão nas pessoas, esse é um princípio da administração que no

Estado moderno é mais evidente, em que as tarefas aparecem em primeiro plano e as pessoas em segundo (MOTTA, 1985: p. 22). Mas as tarefas só podem ser colocadas em prática pela burocracia, devido sua desvinculação da sociedade, sua aparente autonomia sobre os professores e os estudantes, apenas.

Há uma contradição imediata entre professor e estudante, mas que reflete uma hierarquia muito mais forte, que é a própria estrutura de poder que existe na máquina burocrática do Estado. O professor é quem representa de imediato, para o estudante, as contradições da educação (desde sua precarização do trabalho, autoridade na sala, detentor do conteúdo, etc), mas que, olhando ao fundo, o professor também não possui espaço de criação nos limites da educação capitalista; há então uma desvinculação também entre o professor e a burocracia que o designa.

Assim, Marx observa que Hegel tem como pressuposto a separação entre duas esferas: “Hegel parte da *separação* entre “Estado” e sociedade “civil”, entre os “interesses particulares” e o universal que é em si e para si, e a burocracia está, de fato, baseada *nessa separação* (MARX, 2005: p. 64), assim, a burocracia é uma parte do Estado, a partir da sociedade, mas direcionada contra ela. O Estado é composto por uma estrutura política que comporta uma elite que se confunde com a classe dominante da sociedade, em que os sentimentos estão tomados pelo espírito de poder.

No espírito corporativo, que imediatamente implica a ligação do universal ao particular, é onde se verifica como o poder e a profundidade do Estado radicam-se nos sentimentos (HEGEL, 2009: p. 267).

O que Hegel chama de exame (o concurso público) é crucial na seleção desses indivíduos, que de modo algum é uma possibilidade esvaziada de interesses particulares¹⁰. A hierarquia é a forma de organização da burocracia: é a sua organização interna e externa, é a relação que ela tem consigo mesma e com a sociedade. Sua função mais primordial é mediar a realidade de “junta e separa” entre sociedade e Estado.

É essencial a dialética existente entre as duas esferas mediadas pela burocracia. Há momentos em que a separação é nítida e fundamental, como garantia da autonomia de cada uma das esferas, e ao mesmo tempo pode ser percebido o esforço que Hegel faz para restituir a separação, como legitimação da existência recíproca. A tentativa de identificação entre

¹⁰ Basta observar que o próprio Estado não é o todo, mas uma parte constituída por indivíduos que se esforçam por manter viva sua existência, e por isso se confrontam com outros indivíduos.

Estado e sociedade civil ocorre, primeiramente, pela eleição dos administradores; na incorporação de membros da sociedade no Estado, o que há de fato é a colocação de funcionários executivos que o representam contra as pessoas civis. A seleção de burocratas é algo demasiado correlativo com o próprio sistema econômico: é a seleção do saber, e a aprovação “é o batismo burocrático do saber” (MARX, 2005: p. 70). A segunda relação entre os dois momentos do todo social, é a possibilidade de cada sujeito componente da vida social burguesa se tornar um servidor [do] público.

Então, a seleção que é uma exclusão da participação social, concretamente, através de concursos (algo que está nas bases do funcionamento do Estado, historicamente falando) é a realização da seleção daqueles que podem dar continuidade e empreender políticas educacionais tal qual determinadas pela esfera superior.

Outra associação acontece com o pagamento dos impostos, em dinheiro, pois é a forma universal do valor. Outra identidade adotada por Hegel, essa sim mais efetiva, está na remuneração que o membro da burocracia recebe da sociedade enquanto membro do Estado. A identidade que Hegel faz entre o Estado e a sociedade civil é, como Marx observa, como a de dois exércitos inimigos, em que um soldado pode se tornar membro do outro exército através da deserção.

A identidade por ele construída, entre sociedade civil e Estado, é a identidade de dois exércitos inimigos, em que cada soldado tem a possibilidade, por meio da deserção, de se tornar membro do exercito inimigo (...) (MARX, 2005: p. 69).

Hegel estabelece a distinção entre sociedade civil e Estado, mas ao mesmo tempo realiza o esforço de restabelecer a unidade entre eles, mas que cada vez mais é algo difícil de se realizar. A distinção de classe não impede que existam indivíduos que coloquem em prática ações que não são por ele criadas, que vão totalmente contra algum objetivo de emancipação social, humana. Os antagonismos da vida social burguesa são cada vez maiores, pois uma certa parcela de determinado grupo assume os postos executivos na administração do geral (tornando a execução das tarefas algo demasiado tendencioso e contrário ao princípio que quer agir no comum). Mas a saída não seria incorporar o mesmo número de indivíduos de classes diferentes nas funções estatais.

A discussão desenvolvida por Hegel, e posteriormente por Marx, é relativa à atuação do poder governamental sobre o restante dos indivíduos. Como já observado, a formação de

uma casta burocrática é fato que eleva um determinado grupo de membros da sociedade para além dela, a eleva para a esfera do Estado. Tem-se aqui um duplo momento, um em que o Estado aparece realmente como instância deslocada das demais esferas, e outro momento em que há uma vinculação entre ele e as demais; a escola é uma ferramenta que permite a aproximação, forçada, da sociedade com o projeto social do Estado.

Não é em vão que o Estado se refina e especializa suas funções, em poderes legislativo, executivo, judiciário, cria uma polícia forte para agir com a força nas massas. A burocracia é um escudo protetor sobre as manifestações de insatisfação da sociedade, já que o Estado corre risco de existência; logicamente pode-se apreender: se a existência do Estado está fundada nas carências e nos problemas gerais (na propriedade privada e suas consequências), acabar com eles, saná-los, significa que o Estado deixa de ser necessário, mas por si só ele não pode realizar tal proeza, já que é dissolver o próprio espírito em que sua vida tem efetividade. Assim, a prática da burocracia é conciliar qualquer momento de maior pressão, usando as leis, a polícia (a coerção possui seus dois lados, ou se dá pelo assédio moral ou, quando a primeira prática não consegue ter êxito, com a força bruta), não sendo em vão que em nossa sociedade exista uma parcela do Estado militar que esteja designada para atuar brutalmente na sociedade, ou ao menos garantir de forma coercitiva e ideológica a requerida ordem moral e física de ambientes do conhecimento.

A burocracia entra em conflito, por toda parte, com seus fins reais. A burocracia é o círculo do qual ninguém pode escapar. Sua hierarquia é uma hierarquia do saber. (...). Quanto ao burocrata tomado individualmente, o fim do Estado se torna seu fim privado, uma corrida por postos mais altos, um carreirismo (MARX, 2005: p. 66).

A autoridade é a base de atuação da burocracia e o que dá condições dela se portar acima dos indivíduos; a identidade entre sociedade e Estado não é possível, senão não haveria um nem outro. Internamente, há na burocracia uma corrida pelos postos mais altos, o carreirismo que dilacera a universalidade pretendida no Estado por Hegel, colocando as claras que o mundo das relações sociais é tratado como objeto de manipulação. A composição da burocracia é a classe média. Em certo momento o mesmo autor estabelece uma nítida divisão da sociedade, no que concerne à representação e o papel na divisão da sociedade, portanto, as pessoas privadas estão divididas em duas partes: “a que se baseia numa situação substancial e a que se baseia nas carências particulares e no trabalho que as satisfaz” (HEGEL, 2009: p.

279).

A divisão entre sociedade e Estado não é eliminada com a intervenção da burocracia, ao contrário, sua tarefa é levar às massas as determinações da esfera estatal. Sua relação com a sociedade ocorre apenas pela incorporação de indivíduos, mas que, devido a divisão social que a vida de relações burguesas estabelece, já não são indivíduos propriamente da sociedade, mas de um certo grupo dela.

Enfim, a burocracia funciona como uma estrutura de poder que concilia, com força, e domina a sociedade, se sobressaindo dela. É uma especialização do Estado para que sua intervenção nos interesses diversos seja ampliada. Devido a seleção dos mais sábios não há alteração substancial na composição da burocracia, e a defesa de determinados interesses prevalecem na atuação da mesma. Quem atua dentro do Estado na defesa dos interesses próprios, ou daqueles que representa, são os burocratas que se nutrem com o espírito do Estado, com o espírito do poder, da dominação e da hierarquia. Seu pensamento e suas práticas são, portanto, correspondentes ao modelo de relação que a classe dominante tem com a sociedade, sendo que o espaço escolar, público ou privado, é um âmbito de atuação dessa camada, como forma de manter relações sociais de dominação.

Considerações

Este trabalho teve a inicial pretensão de expor um entendimento sobre a escola e a educação na sociedade capitalista, de forma crítica e ao mesmo tempo ressaltando os pontos positivos que se encontram na formação da pessoa. Não podemos encerrar o estudo apenas indicando quais as debilidades da existência do Estado, através da burocracia, na escola. Há mudanças qualitativas e quantitativas em diversos ambientes coletivos que ajudam a sociedade a progredir e avançar em sua formação mais humana - salientando que são mudanças emprestadas a partir da teoria de Marx.

Portanto, é possível compreender finalmente que o espaço escolar é sim contraditório, pois alimenta estruturas de poder e de interesses construídas na sociedade efetivadas na prática pela atuação do Estado através da burocracia, e é também um espaço limitado que ainda existe e que fornece algumas ferramentas fundamentais para o enriquecimento da sociedade e do próprio indivíduo. Assim, a superação humana do espaço escolar e da educação passa pelas mãos daqueles que observam tal situação e que visam defender essa possibilidade de transformação, positiva. Passando pelas carências políticas e econômicas desde professores e estudantes, a escola pode ser ponte entre um sistema de relações opressoras para um mundo de relações mais humanizadoras e que o outro seja reconhecido

como outro, como humano, e não como objeto indiferenciado. Isto é, a escola e os outros dispositivos de construção humana, podem ser um espaço de crescimento político da sociedade, pela via de uma intervenção consciente das pessoas, ou seja, se trata da organização política independente da burocracia e da própria burguesia, que coloque a vontade das massas em evidência.

Desse modo, a educação que é destinada às massas tem o objetivo de produção material de riquezas e não se faz sem resistência e sem o surgimento de insatisfação e de debilidades; tanto é que o espaço escolar não funciona nem mesmo sob os desígnios mundiais da educação capitalista, e aí nessa insatisfação já reside o primeiro elemento que ajuda a transformar. É preciso que a partir do conteúdo de discussões, formato de aulas, horários, etc, sejam todos organizados segundo a vontade dos estudantes, dos professores e da sociedade, não sendo diretrizes estatais com conteúdos que beneficiem a classe dominante – transformação que não pode passar pela própria superação da sociedade tal como é.

A superação da divisão entre escola privada e escola pública é um passo que pode ser dado na construção de um conhecimento social de fato, mas que só pode estar atrelado a criação de uma luta articulada com os outros âmbitos contraditórios desta sociabilidade. Enfim, essa articulação surge com a organização dos professores, dos estudantes e daqueles que entendem a necessidade de construção de uma nova política de setores da sociedade que se propõe a lutar contra a escola como dada, isto é, contra o sistema.

Portanto, dadas ao longo da exposição as contradições avaliadas na escola e como elas intervêm no processo educativo, a abordagem dentro da escola dos temas de todas as áreas com sua devida vinculação com a realidade e com a história de maneira crítica contribuem para a abertura de discussões e ações neste sentido, porque os próprios indivíduos que são hoje prejudicados pelo modo de ser, não somente da escola, mas de uma totalidade social, são os mesmos que devem modificar a estrutura dada – o que necessariamente exige a finalização do Estado. A escola deve ser um polo de práxis humana consciente, cotidiana, de modo a ser permanentemente aglutinadora de forças e centelha de outras lutas. Portanto, toda essa articulação pela superação passa pelo movimento de organização contra o Estado que utiliza a escola para por em prática objetivos que não são fonte de emancipação humana.

Bibliografia

DAYRREL, J. *Múltiplos olhares sobre a educação e cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

HEGEL, G.W.F. *Princípios da filosofia do Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

MARX, K. *Crítica da filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Editora Boitempo, 2005.

_____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.

MARX, K. ENGELS, F. *Textos Sobre Educação e Ensino*. São Paulo: Centauro, 2009.

MESZAROS, I. *A Educação Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOTTA, F.C.P. *Burocracia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.